

NOTA TÉCNICA

BASES DE DADOS RELATIVAS AOS RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO

Disponibilizar bases de dados relativas aos recursos humanos da Secretaria da Educação abre espaço para a produção de diversas pesquisas acadêmicas com potencial para otimização da área, gerando um enorme benefício tanto para o aprendizado dos estudantes, quanto para os cofres públicos. Por outro lado, a complexidade das bases disponibilizadas é reflexo de uma Rede com mais de 200 mil servidores e 5 mil escolas, que lida constantemente com uma pluralidade enorme de situações, acarretando em diversas exceções. No mais, ainda que o processo de extração das bases seja feita com muita cautela, o preenchimento dos dados é feito de maneira descentralizada nas escolas da Rede, de forma que as bases de dados inerentemente apresentem inconsistências.

Vale ressaltar que, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, é dever da Secretaria zelar pela sigilosidade das informações divulgadas. Todas as bases foram devidamente anonimizadas, preservando a privacidade dos servidores da Seduc. O código utilizado para desidentificação das bases é denominado “id_interno”, e consiste em uma chave que apenas a Secretaria da Educação detém. Por fim, as bases vêm acompanhadas de um dicionário de dados, para que a compreensão dos campos seja viável.

Assim, o objetivo da presente Nota Técnica é auxiliar pesquisadores participantes do Desafio Seduc de Dados Abertos a interpretar as bases disponibilizadas, viabilizando a consolidação de análises profundas.

1. Servidores Ativos

Esta base contém as informações fornecidas pelos Servidores da Secretaria da Educação no momento de realização do cadastro funcional. Foram disponibilizadas as informações dos servidores ativos tanto em Abril quanto em Novembro de 2019. Abaixo, alguns conceitos importantes para a compreensão desta base:

- **Unidade Administrativa de Classificação X Unidade Administrativa de Exercício:** o termo “unidade de classificação” se refere à unidade a qual o servidor foi inicialmente classificado (no momento do concurso público ou da contratação). Em muitos casos, a unidade de classificação se difere da unidade de exercício, visto que há uma constante movimentação dos servidores da Rede entre as unidades. Vale ressaltar que, independente do número de escolas que um docente ministre aulas, cada servidor possui apenas uma (1) Unidade de Classificação e uma (1) Unidade de Exercício por DI (ou apenas a Unidade de Classificação, nos casos em que não houve nenhuma mudança na Unidade desde a classificação). Nesse sentido, a base de Servidores Ativos não fornece informações a respeito do número de escolas as quais um docente está vinculado (para isso, será necessário consultar a tabela de Carga Horária, também disponibilizada no Portal de Dados Abertos).

- **Dígito Identificador (DI):** refere-se ao vínculo empregatício do servidor. De acordo com a Constituição Federal, cada servidor pode acumular até dois vínculos, que são independentes entre si.
- **Quadro funcional:**
 - **Quadro de Apoio Escolar (QAE):** compreende os cargos dos funcionários que têm como atribuição garantir o andamento das atividades escolares. Para maiores informações sobre as atribuições dos cargos integrantes do QAE, recomendamos a leitura da Resolução SE 11, de 17-2-2017.
 - **Quadro de Secretaria da Educação (QSE):** abrange os servidores que ocupam cargos dentro do órgão central da Secretaria da Educação (incluindo, também, determinados cargos dentro das Diretorias de Ensino).
 - **Quadro do Magistério (QM):** compreende os servidores que exercem atividade de docência ou suporte pedagógico, tanto nas Unidades Escolares quanto nas Diretorias de Ensino (como, por exemplo, docentes, diretores de escola, dirigentes regionais de ensino, supervisores de ensino, entre outros). Recomendamos a leitura da Lei Complementar Nº 836, de 30 de Dezembro de 1997, para uma compreensão mais ampla acerca das atribuições dos integrantes do QM.
- **Categoria funcional:** a categoria do servidor varia de acordo com o tipo de vínculo que este possui com a Secretaria da Educação.
 - **Categorias F, L, N e P:** servidores estáveis ou estabilizados por meio de Lei Complementar ou alteração constitucional
 - **Categoria A:** docentes que ingressaram na Rede por meio de concurso público.
 - **Categoria O:** docentes que possuem vínculo temporário e excepcional com a Secretaria da Educação (para maiores esclarecimentos recomendamos a leitura da Lei Complementar nº 1.093, de 16/07/2009).
 - **Categoria D:** refere-se aos servidores designados ao cumprimento de função hierarquicamente maior, sem prazo determinado. Exemplo comum são Diretores de Escola convidados a ocuparem cargos em Diretorias de Ensino por meio de designação.
 - **Categoria C:** refere-se aos cargos em comissão do QSE.
- **Jornada:** refere-se ao tipo de jornada de trabalho do servidor. Para maiores informações, é recomendável a leitura da Resolução SE nº 08, de 19-1-12.

2. Ausências dos Servidores

A base agrupa em grandes categorias as principais causas de ausência dos Servidores da Educação. Juntas, as faltas e licenças disponíveis na base correspondem a quase totalidade das ausências no Estado. Vale ressaltar que optamos por não divulgar os dados relativos às licenças médicas, visto que a concessão e o controle das mesmas são

de responsabilidade do Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME), vinculado à Secretaria da Fazenda e Planejamento, de forma que a gestão dessas informações não seja de incumbência da Seduc.

Além disso, o controle de faltas é feito por meio da Unidade de Exercício dos servidores. Nesse sentido, independentemente do número de escolas às quais um docente esteja vinculado, o controle de suas ausências será necessariamente realizado na Unidade de Exercício. A Secretaria da Educação não dispõe de uma base com o registro de ausências em cada uma das unidades nas quais os docentes estão alocados.

3. Carga Horária dos docentes

O levantamento da carga horária dos docentes contempla todos os professores que tinham pelo menos uma aula associada em Abril ou Novembro de 2019. A carga horária de um docente é composta por dois tipos de aula: livres e em substituição. Aulas livres são as aulas atribuídas ao docente em caráter fixo. As aulas em substituição, por outro lado, têm caráter temporário, e são atribuídas a um docente de acordo com eventos específicos (por exemplo, quando um docente cobre licenças de outro).

4. Formação dos Servidores

A base de formação dos servidores compreende a formação mais alta informada pelos servidores ativos nos meses de Novembro e Abril de 2019. Vale colocar que não é uma informação obrigatória e cabe a cada indivíduo a atualização no sistema.

5. Histórico dos Diretores por Unidade

Para a extração desta base, foram considerados todos os servidores que ocuparam o cargo de Diretor de Escola durante os anos de 2014 e 2019. No limite, isso significa dizer que se um servidor ocupou o cargo por apenas 1 dia, ele estará listado como Diretor naquela escola no ano em questão. Com isso, pode-se notar que uma escola em geral possui mais de um Diretor para o mesmo ano (isso se deve, por exemplo, à cobertura do período de férias, Licença Prêmio, Licença Saúde, entre outros). Em adição, vale ressaltar que nem todas as escolas fazem juz ao cargo, a depender de sua complexidade (recomenda-se a leitura da Resolução SE 69, de 19-12-2016 para maiores esclarecimentos).

6. Histórico dos Vice Diretores por Unidade

A lógica utilizada para extração da base foi a mesma da base dos Diretores. Vale ressaltar que são os Vice Diretores os responsáveis por cobrir qualquer tipo de ausência dos Diretores de Escola (ou seja, é comum que estes servidores constem também na base de histórico de Diretores). Por fim, como colocado pela Resolução SE 69, de 19-12-2016, nem todas as escolas fazem juz à função de Vice Diretor.

7. Histórico dos Professores Coordenadores por Unidade

A base contém o histórico de servidores que ocuparam o cargo de Professor Coordenador durante os anos de 2014 e 2019. Para mais informações a respeito da função, recomendamos a leitura da Resolução SE 75, de 30-12-2014, que dispõe sobre as atribuições da função, e da Resolução SE 6, de 20-1-2017, que explicita o módulo de Professores Coordenadores por Unidade Escolar.